

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CÓRDOBA, ARGENTINA (1938-1946)¹

María Sabina Uribarren

Doctorado y Maestría: Programa de Post Graduación
FAU-USP. Graduada en Arquitectura y Urbanismo y
Diseño Industrial, Universidad Nacional de Córdoba-
FAUDI UNC. Miembro fundador del CICOP- Centro
Internacional para la preservación del patrimonio,
Sede Brasil. **E-mail:** msuribarren@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta um período da História da Preservação do Patrimônio Cultural em Córdoba, Argentina (1938 – 1946) no qual Ricardo Levene foi presidente da “Comisión Nacional de Museos, de Monumentos y Lugares Históricos” -CNMMYLH. Neste estudo se corrobora que existiu nessa gestão o intuito de resgatar, por meio do patrimônio escolhido, uma memória específica que contribuía com a construção de uma ideia de Nação Argentina determinada, baseada nas concepções historiográficas dos membros da instituição. A partir da compreensão do ideário da Comissão, dos seus ritos e procedimentos, será analisado o papel que o patrimônio cultural cordovês cumpriu nesse projeto, destacando-se a “Iglesia de la Compañía y de la Residencia de los Padres” de Córdoba, conjunto de arquitetura jesuítica que foi objeto de uma importante restauração nos anos da presidência de Levene.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural – Comisión Nacional de Museos; Monumentos e Lugares Históricos – Córdoba – Argentina.

¹ publicado originalmente no anais do 2º Encuentro Internacional “La Formación Universitaria y la Dimensión Social del Profesional” organizado em el marco de los 46 años de Taller Total (1970-1975). Córdoba, agosto de 2016.

Resumen

Este trabajo presenta un período de la Historia de la Preservación del Patrimonio Cultural en Córdoba, Argentina (1938 – 1946) en el cual Ricardo Levene fue presidente de la “Comisión Nacional de Museos, de Monumentos y Lugares Históricos” -CNMMYLH. En este estudio se corrobora que existió en esa gestión el intuito de rescatar, por medio del patrimonio elegido, una memoria específica que contribuía con la construcción de una idea de Nación Argentina determinada, basada en las concepciones historiográficas de los miembros de la institución. A partir de la comprensión del ideario de la Comisión, de sus ritos y procedimientos, será analizado el papel que el patrimonio cultural cordobés cumplió en ese proyecto, destacándose la “Iglesia de la Compañía y de la Residencia de los Padres” de Córdoba, conjunto de arquitectura jesuítica que fue objeto de una importante restauración en los años de la presidencia de Levene.

Palabras Clave: Patrimonio Cultural - Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos- Córdoba- Argentina.

INTRODUÇÃO

Entre 1938 e 1946, período em que Ricardo Levene foi presidente da Comissão de Museus, Monumentos y Lugares da Argentina foi definido um patrimônio cultural que se encontra ainda hoje instalado na memória coletiva do país, sendo que em alguns casos o identifica ante o mundo como patrimônio da humanidade.

Através desse patrimônio o passado foi trazido ao presente com o objetivo de dar materialidade a uma ideia de nação específica, ancorada nos eventos históricos e heróis pátrios que eram projeções dos valores defendidos pelos historiadores e arquitetos presentes na Comissão. No conjunto de bens definidos como valioso pela Comissão, o patrimônio da província de Córdoba ocupou lugar destacado.

Ricardo Levene explicava que, em viagem realizada a essa província, teve a “oportunidad de visitar algunos lugares y monumentos históricos de singular valor” (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 1, 1938, p. 223). Os primeiros prédios cordoveses tombados durante a gestão de Levene foram na cidade de Córdoba: o Colégio Nacional de Monserrat (1938) e o Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres (1940). Posteriormente, foram declarados patrimônio, pelo decreto 90.732 de 1941, as estâncias jesuíticas de Jesús María (também chamada estância San Isidro), de Santa Catalina, de Alta Gracia e de Caroya, as moradias do Marqués de Sobremonte, do Obispo Mercadillo e da família Allende, a catedral, o cabildo, a Posta de Sinsacate e a capela de Candonga.

A lista de bens completa-se com o tombamento do Convento de las Teresas e da estância jesuítica de La Candelaria (DECRETO 106.845 de 1941), da capela de San Roque e do Lugar Histórico Casa de Saldán (DECRETO 104.179, de 1941), da Casa Natal de Leopoldo Lugones

(DECRETO 8.350, de 1944), do sítio indígena de Cuchi Corral (DECRETO 30.836, de 1945) e da noqueira de Saldán (DECRETO 2.232, de 1946).

Na leitura dos decretos de tombamento antes mencionados, destacam-se a excepcionalidade dos valores de esses monumentos e lugares, que eram estéticos e históricos. Assim salientaram-se dados artísticos dos monumentos (tais como as “grandes líneas arquitectónicas” do cabildo e a catedral como “joya artística de la arquitectura colonial”), além de associá-los a seus autores (“el célebre jesuíta Andrés Blánchi”) ou a personagens ou acontecimentos históricos destacados.

Do ponto de vista histórico e tipológico, a maior parte do patrimônio cordovês, tombado entre 1938 e 1946, é uma amostra dos acontecimentos, personagens e tipologias arquitetônicas valorizados pelos historiadores que faziam parte da Comissão, por exemplo, a Independência Nacional, bens vinculados à igreja católica, heróis nacionais como San Martín, os cabildos e as moradias coloniais.

Mas, importa destacar a valorização em Córdoba, por parte da Comissão, de dois exemplos alheios aos interesses esperáveis de historiadores formados pela escola liberal, mas compreensíveis no contexto do nacionalismo vivido pelo país à época, como foram o caso do tombamento das ruínas indígenas de Cuchi Corral – “antiguo asiento de una tribu de indios cuyo cacique se menciona en documentos de la época, que fue muy frecuentado por los conquistadores del siglo XVI y misioneros jesuitas” (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 8, 1945, p.17) –, e do tombamento da casa onde nasceu Leopoldo Lugones, escritor e jornalista argentino, morto em 1938. No primeiro exemplo, cabe lembrar a notoriedade que os sítios arqueológicos começaram a despertar no começo do século XX. Em relação à propriedade de Lugones, deve-se destacar que este foi um importante defensor dos valores nacionais e autor de obras como “Piedras Liminares” e “Imperio Jesuítico” nas quais externou conceitos vinculados à valorização do patrimônio argentino.

Ganharam também relevo nessa província os tombamentos vinculados à ação dos padres jesuítas, sendo tombados nove bens relacionados à ordem, dentre eles as estâncias que serviam de suporte econômico às atividades dos padres, e o Colégio de Monserrat, instituição na qual foram educados numerosos personagens associados aos diversos tombamentos realizados em nível nacional e até o próprio Ramón J. Cárcano, membro destacado da Comissão.

Dos 18 Monumentos tombados em Córdoba entre 1938 e 1946, apenas quatro sofreram intervenções que a Comissão destacou nos boletins publicados durante a gestão de Levene: a Igreja e Residência da Companhia de Jesus, a Posta de Sinsacate, a estância de Jesús María e a capela Obispo Mercadillo.

As restaurações dos três últimos prédios foram vinculadas, além do fato de serem exemplos de arquitetura destacada, ao papel que os mesmos cumpriam no contexto de incentivo ao turismo que existiu no período. Além da valorização de suas características estéticas e históricas salientadas pela Comissão.

Com relação aos trabalhos realizados no Conjunto da Igreja e da Residência dos Jesuítas na Cidade de Córdoba (grupo que compreende a igreja principal, a capela de Lourdes, a Capela doméstica e a moradia dos padres, setor da Manzana Jesuítica que linda com a rua Caseros, entre Obispo Trejo e Av. General Paz) , trabalho que analisaremos à continuação, a Comissão considerou principalmente a valorização das características estéticas e históricas. Analisando-se as justificativas para o pedido de intervenção no Conjunto, lê-se que “A iniciativa del ministro de justicia e instrucción pública Dr. Guillermo Rothe el arquitecto Mario Buschiazzo preparó un vasto plan de trabajos urgentes en el monumento histórico y artístico de la iglesia de la Compañía de Jesús” (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 4, 1941, p. 24). Embora se tenha feito menção ao valor histórico do monumento, em relação a este atributo apenas se menciona o fato de pertencer o grupo construtivo à ordem dos jesuítas. Já os valores artísticos e arquitetônicos foram salientados em diversos textos elaborados pelos arquitetos responsáveis pelo trabalho de restauração.

À uma viagem realizada pelo arquiteto adstrito à Comissão Buschiazzo em 1939 à província de Córdoba, que derivou em informes delatores do estado precário dos prédios históricos, seguiu uma resolução com data de 24 de dezembro de 1940, na qual o presidente Castillo por meio do ministro de justiça e instrução pública, Guillermo Rothe determinava: “Declarase de utilidad pública el templo y colegio de la compañía de Jesús en Córdoba que pasa a depender de la CNMMYLH, dado la índole de monumento nacional que adquiere el templo citado” (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 3, 1940, p. 449).

O Ministro encomendou um projeto para a intervenção no Conjunto o qual foi elaborado pelo arquiteto adstrito e por ele publicado no Boletim n. 3 da Comissão. Também se executaram levantamentos, finalizados em 1941, dos quais surgiu um esboço ampliando as tarefas estabelecidas na proposta inicial. Depois, novas modificações foram registradas: em uma apresentação da Direção Geral de Arquitetura, órgão executor dos trabalhos, publicada na Revista de Arquitectura de janeiro de 1942 (SALÓN NACIONAL..., 1942), e em um trabalho posterior, que se acredita ter sido elaborado no máximo em 1949 (PROYECTO de intervención ..., 1941).

Existiu no conjunto desses projetos um intuito de intervenção integral no grupo arquitetônico, com o objetivo de retorná-lo a um estado que se pensava possuir no momento da expulsão dos padres jesuítas dos territórios espanhóis, 1763. Os projetos previam as demolições dos coroamentos das torres (à época de feição barroca, já que as originais, de forma piramidal, tinham sido destruídas uma no século XVIII e a outra no século XX), da biblioteca construída sobre a contra-sacristia localizada na rua Caseros, da Capela de Lourdes (antiga Capela dos Índios), de tabiques interiores da denominada Ermida; assim como o fechamentos de janelas, a retirada radical de decorações internas, a limpeza de fachadas para retirar rebocos, a troca de pisos, a substituição de bens integrados à arquitetura (como altares, retábulos, balaustradas, lustres) por outros que fossem antigos, além da realização de obras de manutenção fundamentais como a troca da fiação elétrica.

A reconstrução do Histórico da Obra, todavia, permite considerar os trabalhos efetivamente realizados. O estudo para identifica-los foi feito pela autora deste artigo através da análise dos documentos pesquisados nos arquivos – da Comissão em Buenos Aires e da Dirección General de Arquitectura - Sección Córdoba – e dos dados obtidos dos Boletins da Comissão e da inspeção dos prédios.

Segundo análise dos documentos, as obras no Conjunto começaram em 1942. No Boletim da Comissão correspondente a esse ano, esclarecia-se que, depois de Levene haver requerido às autoridades correspondentes, verba para a restauração, obteve a promessa dos fundos necessários para começar os trabalhos na estância de Jesús María, na casa do Obispo Mercadillo, na Igreja da Companhia de Jesus e na Residência dos Padres e na Posta de Sinsacate (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 5, 1942, p. 469).

Pode ler-se, em documento de março desse ano, que já havia sido realizada uma reparação da instalação elétrica em diversos lugares do conjunto de nosso interesse, com a troca de condutores, isolantes e chaves que estavam em mau estado de funcionamento, e, em 1943, informava-se que “[en la] Iglesia de la Compañía de Jesús, se está trabajando activamente y el costo de las obras alcanzará la suma de \$200.898,09” (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 6, 1943, p. 19, grifo nosso).

Já no ano de 1944, nos documentos localizados distinguem-se requerimentos dos padres jesuítas, tais como a melhora da qualidade dos materiais destinados à substituição do sistema elétrico e o pedido em relação à devolução, por parte da Universidade, da antiga Capilla de los Españoles (transformada em Salão de Atos) e da base da torre sul (utilizada como copa da Universidade). Consta, em documento de 10 de novembro de 1944, que a Comissão iniciou o trâmite para a troca desses locais por outros que não eram úteis para a comunidade religiosa, mas considerando que ditos cômodos continuam pertencendo à Universidade até hoje, percebe-se o infrutífero do pedido.

Em 1945 comunicavam-se dificuldades relacionadas a questões econômicas da obra, como problemas com provedores e mudanças nos preços cotados, que levaram a requerer a ajuda das oficinas da Direção Geral de Arquitetura:

Las puertas fueron licitadas [...] pero no adjudicadas [...] La propuesta más baja, por importe de \$4.965 sin la chapa de hierro, no puede adjudicarse ya que el proponente, Pablo Werner, ha comunicado a esta zona que no puede ejecutar el trabajo en la actualidad, porque en el tiempo transcurrido desde su oferta han cambiado los precios de los materiales. En consecuencia, conviene que sean adjudicados en Talleres de la Dirección General de Arquitectura, tal como sugiere esa Región en la providencia últimamente citada [...] (FERRER, 20 de abril de 1945).

Essas informações, acrescidas do fato de que “la situación actual del mercado no permite establecer un plazo fijo para la adquisición de estos materiales, debido a que muchas licitaciones

fracasan por falta de cotización” (FERRER, 20 de abril de 1945), permitem perceber uma situação problemática em termos econômicos, também comentada no Boletín n. 8, de 1945, o qual explicava que, em virtude do Decreto de Economia ditado pelo Poder Executivo da Nação, haviam sido suspensos quase todos os trabalhos que se realizavam nos monumentos históricos (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 8, 1945, p. 48).

Um parágrafo da Memória de Obra de dezembro de 1947, assinada pelo engenheiro da Dirección Geral de Arquitectura Ignacio P. Ferrer, permite entender que a má situação econômica, fator de atraso dos trabalhos, continuava nessa data: “[Este documento] actualiza el estudio económico alterado por el encarecimiento de la mano de obra y de los materiales ocurrido desde la fecha en que se ha preparado el presupuesto aprobado (Mayo-Julio 1943)” (ARQUIVO DGA, diciembre de 1947, grifo nosso).

No entanto, os problemas vinculados aos custos da obra segundo o documento também se deviam aos imprevistos que surgiam no decorrer dos trabalhos, determinando mudanças nas tarefas. Na mesma memória, comentava-se que vários dos materiais necessários eram de difícil aquisição e que o orçamento havia sido atualizado em relação aos preços de materiais e de mão-de-obra que mudavam frequentemente, situação que determinava a urgência para terminar as obras.

Além dos problemas econômicos, existiam os administrativos. No caso dos trabalhos previstos para a ermida (demolição da parede divisória que servia de suporte da abóbada), comentava-se que a impossibilidade de os realizar devia-se à falta de diagnóstico que apoiasse a viabilidade da intervenção projetada, causada pela ausência de pessoal capacitado para realizar um levantamento adequado:

A isso se tem de somar o fato de Carlos Onetto, arquiteto responsável pelos trabalhos e representante de Buschiazzo em Córdoba, ausentar-se repetidamente por problemas pessoais ou por ter de vistoriar as outras restaurações de que estava encarregado em nível nacional. Uma destas ocasiões foi aproveitada por aqueles que se opunham à demolição dos coroamentos das torres situação que foi descrita por Onetto em depoimento de 1978 ao jornal *La Nación*:

[...] estando transitoriamente ausente de la obra, me encontré al volver con una inactividad total por influencia de los que, con encomiable celo, trataban de salvar los capiteles existentes. En esa circunstancia decidí empezar personalmente la demolición del capitel derecho, y con algo más que un simbolismo tomé el pico y empecé el trabajo, que al día siguiente culminó con la aparición de la base cuadrada de ladrillos del capitel original que había sido destruido por el rayo. También pudo comprobarse que el remate en cuestión correspondía a una construcción de época posterior, porque los ladrillos que se utilizaron tenían otras dimensiones y diferentes cochuras (RESTAURACIÓN DE LA..., 1978).

A intervenção na Companhia foi criticada também por alguns meios de comunicação. O resgate de algumas publicações em jornais da época e o próprio depoimento de Onetto mostram como parte da sociedade se opôs a alguns aspectos da intervenção. “El espíritu destructor de Levene echa otra pica en la tradición” titulava uma das publicações, enquanto qualificava Buschiazzo como um “Restaurador improvisado” que “se há mostrado rígido e implacable ante los razonamientos del único hombre que sabe algo de la ciudad de Córdoba, el padre Grenón” (PERDERÁ SUS..., 1944, p. 5).

Mario Buschiazzo realizou uma inspeção nos monumentos da província de Córdoba, em junho de 1945, e, no informe apresentado, confirmava que se haviam terminado as obras de instalação elétrica e se começavam as de restauração, as quais consistiam na demolição de tabiques modernos, substituição de carpintarias e pisos, colocação dos andaimes para limpeza e conserto de fendas presentes na fachada, e que se tinha realizado a licitação dos materiais necessários para substituir os coroamentos das torres. Comentava também que a abóbada da ermida, por fim, havia sido liberada do reboco, com o propósito de consolidá-la para poder, demolir a parede que separava o cômodo em duas partes.

A demolição das torres realizou-se em 1945 e, possivelmente pela controvérsia que provocou essa tarefa na opinião pública, necessitou-se de todas as provas possíveis para legitimá-la. A Comissão se valeu, assim, da mídia para preparar a opinião pública para a aceitação dessa tarefa. O artigo de Jornal “Importantes Reformas se introducirán en el templo de la Compañía de Jesús”, introduzia o assunto especificando que a Comissão “confió la restauración del templo a un arquitecto experto en la materia”. O texto comentava que “el activo e inteligente arquitecto Carlos L. Onetto, proyectista y director de las obras que se efectúan en el citado monumento, es quien nos ha anticipado la pronta demolición de aquellos elementos barrocos que desentonan y alteran la realidad histórica”. Assim mesmo, completou-se a demolição da biblioteca sobre a contra-sacristia, modificando o perfil sobre a rua Caseros e permitindo o descobrimento de uma grande janela na Capela Doméstica, tampada até o momento por aquela construção.

Vários documentos indicam que as obras prosseguiam em 1950, ainda que a Sección Monumentos Históricos não contasse, a partir da renúncia de Buschiazzo em 1947 e de Onetto em 1949, com um arquiteto “experto en historia y un buen conocedor de la arquitectura colonial” (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 12, 1949, p. 7). No “Plan de Ejecución” de 1950, apresentado por Arístides Saavedra Coria, segundo responsável da Direção Geral de Arquitetura em Córdoba, descrevia-se o plano de execução dos trabalhos previstos para esse ano. Além de especificar-se o montante das obras terminadas (\$273.615, 28, em moeda argentina), descreviam-se as tarefas em andamento: demolição de telhados, galerias, alvenaria, pisos e contrapisos e a construção de fundações e cômodos; obras que parecem referir-se a trabalhos a serem desenvolvidos no setor de moradia dos padres.

Das obras mais radicais previstas originalmente por Buschiazzo para o interior da igreja da Companhia (entre elas a substituição dos embasamentos, dos ornatos modernos, do comungatório e a pintura dos ambientes em cor branca) apenas se efetivou a troca do sistema elétrico e da iluminação, sendo as outras suspensas por oposição dos próprios padres jesuítas, que temiam a reação que podia ter a população ante tal trabalho, considerando que boa parte dela tinha contribuído a custear os ornatos que adornavam a igreja (BUSCHIAZZO, 1959, p. 83). Mas podemos ter uma ideia aproximada do efeito que teria resultado da concretização da intervenção integral proposta pela Comissão, ao se considerar o resultado obtido no interior da Capilla Doméstica. Nesse local a Direção Geral de Arquitetura segundo indicação da Comissão, reformou os pisos de acordo com o requerido no projeto, pintou as paredes de branco, abriu-se uma janela, fechou-se outra e substituiu-se um vitral moderno por pedra alabastro.

Também não foi possível realizar uma das tarefas mais radicais, como a sugerida demolição da Capela de Lourdes, segundo testemunha Carlos Onetto:

Las fachadas, en cambio quedarían totalmente restauradas si se pudiera sortear el único obstáculo puesto por la comunidad por respetables motivos: me refiero a la capilla de Lourdes que hizo construir el p. Carlucci y que se desea conservar. Esperemos que el avance de las obras ponga cada vez más de manifiesto este adefesio (la construcción revocada que se ve en primer plano en la fotografía) de forma que lleguen a superarse las sentimentales razones invocadas por los superiores (BOLETÍN DE LA CNMMYLH, n. 9, 1946, p. 71-90).

Porém, cabe destacar o fato de ser ter realizado a limpeza da parede exterior da Igreja e da Residência, trabalho que permitiria a descoberta dos espaços quadrados que são tão característicos da fachada (e que levantam tantas hipóteses sobre a sua função) e que pautou a decisão de deixar à vista o material constitutivo da igreja (calicanto, tijolos, pedra). Neste ponto considera-se interessante apresentar um texto, escrito por Onetto, que parece uma reflexão ante a intervenção em situações complexas, no qual destaca fundamentalmente a importância de uma postura crítica perante qualquer intervenção:

La restauración de monumentos históricos presenta, en la generalidad de los casos, delicados y complejos aspectos que requieren, en el que la realiza, mucha sinceridad y buen sentido. No bastará investigar pacientemente en las fuentes de información histórica y profundizar el conocimiento de los estilos arquitectónicos [...] pero en último término, la equilibrada solución dependerá fundamentalmente del criterio que la informe (ONETTO, 1942 apud ONETTO & SUSTERCIC, 1999, p. 265).

Resgatamos uma afirmação de Onetto que se opunha à orientação original dos trabalhos designados para a Companhia: “Si por restauración de una obra artística se entiende devolverla a su estado original, podemos decir que en arquitectura pocas veces cabe entenderla en ese

sentido ya que solo por excepción puede o conviene realizarla” (ONETTO, 1942 apud ONETTO & SUSTERCIC, 1999, p. 265). Se este comentário foi realizado efetivamente em 1942, contemporaneamente às obras no Conjunto, podemos deduzir que a experiência lhe permitiu refletir e questionar os principais lineamentos que orientavam os trabalhos. Segundo a análise desenvolvida, no projeto realizado pela Comissão e pela Direção Geral de Arquitetura na década de 1940 não foram consideradas as diversas fases históricas do edifício, também não foi tida em conta a possibilidade de reverter ou distinguir as intervenções realizadas (uma posição que hoje parecer-nos imprescindível, mas que naquele momento não era usual). A forma de restaurar utilizada permite confirmar o caráter direcionado da intervenção como um meio para obter a imagem que Levene e os historiadores e arquitetos da Comissão considerava que o Conjunto devia ter em um momento específico.

Mas esta valorização se deu em detrimento de outros aspetos que segundo nossa visão contemporânea também eram valiosos, tais como a decoração interior do século XIX, que se planejava retirar para promover o destaque das decorações do forro, ou a substituição dos coroa-mentos das torres, elementos que faziam parte da história construtiva do prédio.

A vasta documentação da obra pesquisada, embora apresente lacunas cujas causas não podemos definir completamente— por exemplo, a não localização dos cadernos de obra, que bem pode se dever às dificuldades de acesso aos acervos, ou a dispersão dos documentos entre Córdoba e Buenos Aires –, retrata uma estrutura, a da Direção Geral de Arquitetura do Ministério de Obras Públicas, acostumada a trabalhar com grandes obras, nas quais as questões administrativas dos projetos estavam orientadas por controles rigorosos. Assim entre a Comissão e a Direção Geral de Arquitetura estabeleceu-se um projeto minucioso que contava com a definição de 395 itens de trabalho com seus respectivos cálculos métricos e orçamentos. Essa informação, contida em documento localizado no acervo da Direção Geral de Arquitetura - Zona Córdoba, era de 20 de julho de 1943, e contemplava de forma pormenorizada, antes do início das obras mais significativas, todas as tarefas a serem realizadas, as quais seriam avaliadas periodicamente.

Mas, pelas características do Conjunto, pelo fato das pesquisas em história da arquitetura se encontrar no momento nos seus primeiros intentos de sistematização metodológica e pela urgência de algumas obras que começaram em 1942 (como a substituição do sistema elétrico) não se podia pretender que não surgissem imprevistos que exigissem decisões não consideradas no projeto e no orçamento. Assim se deu a necessidade de uma adequação constante às diversas contingências que apareciam.

As inconsistências que podem ser detectadas entre o projeto e a materialização do mesmo se devem, acreditamos, sobretudo aos imprevistos surgidos, não só daqueles próprios das características físicas do Conjunto (deficiências ocultas, por exemplo), mas também pelos requerimentos dos donos, os padres jesuítas, que promoveram mudanças nas tarefas definidas. Por outro lado, somavam-se os inconvenientes apresentados em um contexto de instabilidade econômica e os

derivados da realização de uma atividade que começava a fixar seus critérios e princípios na Argentina, a restauração.

Finalmente podemos dizer que a intervenção dos padres, com seus requerimentos para que as transformações não magoassem os fiéis que contribuíram economicamente com a decoração, foi o limite necessário para que hoje possamos contemplar a Igreja e a Residência como um Conjunto de informações complexas que ainda podem contribuir, a partir da leitura que se faça delas, para completar a história da arquitetura e da preservação do patrimônio cultural argentino.

78 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO DGA. Memória de Obra, diciembre de 1947.

BOLETINES DE LA CNMMLH. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, n. 1- 8, 1938-45.

BOLETINES DE LA CNMMLH. Buenos Aires: Ferrari Hermanos, n. 9, 12; 1946, 1952.

BUSCHIAZZO, Mario J. Argentina: monumentos históricos y arqueológicos. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1959.

FERRER, Ignacio P. Solicitud de Presencia del Proyectista, 20 de abril de 1945.

ONETTO, María & SUSTERCIC, Darko B. Trascendencia de las restauraciones del arquitecto Carlos Onetto en Córdoba y en las Misiones. In: CONGRESO INTERNACIONAL JESUITAS 400 AÑOS EN CÓRDOBA, 1999, Córdoba (AR.): Universidad Nacional de Córdoba, 1999, t. 3. p. 265-283.

PERDERÁ sus vetustas líneas el convento de los jesuitas. La Nación, Buenos Aires, p. 5, 6 nov. 1944.

PROYECTO de intervención en la Iglesia y Residencia de los Padres Jesuitas, 1941. DGA.

RESTAURACIÓN de la Iglesia de la Compañía de Jesús. La Nación, Buenos Aires, 2 ago. 1978. 2da. Sección, p. 1-2.

SALÓN NACIONAL DE ARQUITECTURA. Revista de Arquitectura, Buenos Aires, n. 2, jan. 1942.

URIBARREN, Maria Sabina. A atuação da 'Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico na Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba.

Dissertação de Mestrado FAU USP (2008). (<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-16032010-083106/pt-br.php>)

Recebido em: 24/02/2018
Aceito em: 13/06/2018